

ACORDO UE

Acordo comercial sai até 12 de janeiro

Documento enviado por Ursula von der Leyen e António Costa reconhece papel do Brasil e reforça intenção de concluir negociação nos próximos 20 dias

» VINICIUS DORIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não escondeu a frustração por não comandar a cerimônia de assinatura do acordo de livre-comércio com a União Europeia, ontem, na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em Foz do Iguaçu (PR). Por outro lado, o petista se mostrou mais otimista com a possibilidade de superação do impasse criado pela primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni. Na semana passada, em Bruxelas, ela pediu à Comissão Europeia (braço-executivo da União Europeia) mais tempo para negociar com o agronegócio da Itália novas salvaguardas de proteção à produção interna, para enfrentar a competição com produtos sul-americanos.

Ao comentar a conversa que teve, por telefone, com Meloni, Lula disse que a primeira-ministra estará pronta para assinar o acordo em janeiro. "Se ela estiver pronta para assinar (o acordo) e faltar só a França, segundo (a presidente da Comissão Europeia) Ursula van der Leyen e (o presidente do Conselho Europeu) Antônio Costa, não haverá possibilidade de a França, sozinha, não permitir o acordo. Será firmado, espero, no primeiro mês da presidência do Paraguai", declarou o presidente brasileiro.

No comunicado conjunto que marcou o fim da cúpula de Foz do Iguaçu, os presidentes usaram o verbo "desapontar" para qualificar a frustração com o adiamento do acordo, mas demonstraram confiança de que os europeus vão superar suas divergências internas e confirmar a formalização da zona de livre-comércio em janeiro.

"Os presidentes expressaram desapontamento com a não assinatura do Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia, como previsto para a ocasião, por falta de consenso político nas instâncias comunitárias europeias. Salientaram que o texto do acordo é resultado de um equilíbrio cuidadosamente alcançado após 26 anos de negociações e que sua assinatura daria uma sinalização positiva ao mundo na atual conjuntura internacional, fortalecendo a integração entre os dois blocos", diz a nota oficial do encontro.

O bloco, porém, manifestou "confiança de que a União Europeia finalizará os trâmites internos que lhe permitem assinar o acordo, para que a presidência pro tempore de turno e os Estados Partes possam eventualmente fixar uma possível data para a assinatura". Fontes diplomáticas em Genebra informaram que a Comissão Europeia pretende assinar o tratado de

Evaristo Sá/AFP



Lula na cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu. Líderes dizem que vão formalizar o acordo em janeiro



Se ela estiver pronta para assinar (o acordo) e faltar só a França, segundo (a presidente da Comissão Europeia) Ursula van der Leyen e (o presidente do Conselho Europeu) Antônio Costa, não haverá possibilidade de a França, sozinha, não permitir o acordo"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

livre-comércio com o bloco sul-americano em 12 de janeiro.

Dante do impasse, o presidente Lula disse que o Mercosul vai continuar prospectando novos mercados e acordos de comércio. "Diversificar parcerias é chave para a resiliência de economia", disse, em seu discurso. O Mercosul conduziu mais de 10 negociações com outros países e blocos, que podem ser fechados ao longo do período da presidência paraguaia.

"Eu espero que tenhamos seis meses de uma boa colheita, de bons frutos e de bons acordos internacionais. O mundo está ávido a fazer acordo com o Mercosul. E nós, certamente, vamos conseguir, neste período, fazer os acordos que não foram possíveis realizar na minha presidência", declarou Lula.

"Noivo no altar"

O presidente do Paraguai, Santiago Peña, que assume o leme do Mercosul pelos próximos seis meses, também lamentou o recuo dos europeus. "Estávamos como o noivo esperando a noiva no altar", disse Peña ao falar para os demais presidentes. "Perdemos uma oportunidade", complementou.

Em carta ao presidente do Brasil, os presidentes do Conselho Europeu, Antônio Costa, e da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen, reafirmaram o compromisso do bloco com a assinatura do acordo, em janeiro. "Gostaríamos de transmitir o nosso firme compromisso de proceder à assinatura do Acordo de Parceria UE-Mercosul e do Acordo Comercial Provisório no início de janeiro", diz um trecho da mensagem.

Europa dividida

A FAVOR DO ACORDO

- Alemanha
- Bulgária
- Chipre
- Croácia
- Dinamarca
- Eslováquia
- Eslovênia
- Espanha
- Estônia
- Finlândia
- Grécia
- Letônia
- Lituânia
- Luxemburgo
- Malta
- Países Baixos
- Portugal
- República Tcheca
- Romênia
- Suécia

CONTRA O ACORDO

- França
- Hungria
- Polônia

PELO ADIAMENTO DA ASSINATURA

- Austrália
- Bélgica
- Itália
- Irlanda

Feminicídio e defesa da democracia

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Países latinos registraram aumento em mortes de mulheres

O presidente Lula também destacou, na abertura da cúpula do Mercosul, as democracias estão sob ataques e pressões. Ele deu o exemplo do Brasil — que viveu uma tentativa de golpe de Estado — como resistência ao avanço de forças antidemocráticas. "A democracia brasileira sobreviveu ao mais duro atentado sofrido desde o fim da ditadura. Os culpados pela tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 foram investigados, julgados e condenados conforme o devido processo legal. Pela primeira vez na sua história, o Brasil acertou as contas com o passado", enfatizou.

Ao defender as instituições democráticas, Lula disse que "enfraquecer essas instituições significa abrir espaço para o crime organizado". E declarou que o Mercosul defendeu combater o crime organizado transnacional "de forma conjunta".

"A liberdade é a primeira vítima de um mundo sem regras", disse Lula, que vai propôr a realização de um encontro entre os ministros da Justiça e de Segurança Pública dos países vizinhos para fortalecer a cooperação

sul-americana nesse tema.

O aumento de casos de feminicídio na América Latina foi destacado pelo presidente brasileiro ao falar de segurança pública. Segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), a América Latina é a região "mais letal do mundo para as mulheres", com 11 assassinatos de

mulheres diariamente, em média.

Proteção à infância

Os países do Mercosul também aprovaram, na Cúpula de Foz do Iguaçu, uma declaração especial conjunta sobre proteção da infância e adolescência em ambientes digitais. "A liberdade é a primeira

vítima de um mundo sem regras", declarou o presidente Lula, na abertura da Cúpula.

Os presidentes demonstraram preocupação com o aumento da incidência de crimes ciberneticos envolvendo crianças e adolescentes, como assédio e intimidação (cyberbullying), violação de privacidade e dados pessoais, abuso e exploração sexual (grooming), e outras formas de discriminação e violência, incitação à automutilação e suicídio, influenciados por tendências e desafios disseminados em ambientes digitais.

Outra preocupação foi com o extremismo em ambientes digitais, com casos concretos de ameaças a escolas e outros espaços frequentados por crianças e adolescentes, e com o avanço da inteligência artificial, que, segundo a declaração conjunta, traz "riscos adicionais ao público infantjuvenil, na medida em que permite a criação de produtos audiovisuais e interações artificiais que podem ser indevidamente utilizados para finalidades como abuso e exploração sexual infantil". (VD)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizacedo.df@dab.com.br



Orçamento sob medida para as eleições: R\$ 61 bi em emendas impositivas

Esqueçam o baixo clero, a expressão que designava os deputados que não decidiam os rumos da política do país caiu em desuso. Não se fala mais nisso. Hoje, o baixo clero manda na Câmara, os velhos cardeais que sobreviveram eleitoralmente estão na planície. Outra geração de políticos assumiu o protagonismo, numa Casa que funciona a partir de um grupo restrito de líderes, agora em torno do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). O rally regressivo e as votações do Congresso Nacional mostram as consequências.

A Câmara dos Deputados é um mosaico da sociedade, eis um lugar comum. Entretanto, deveria ser a vanguarda das mudanças; em contraposição ao Senado, a casa da moderação e da conciliação. A maioria dos deputados, porém, cuida mais dos próprios interesses privados, a liderança é fraca. A Câmara virou um mercado de leis aprovadas em comissões, sem passar pelo plenário; as mais importantes e polêmicas, com seus jabutis boêmios, aprovadas em votação relâmpago, em plenário, sem discussões nas comissões.

Líderes de bancadas e presidentes de comissões se acertam em reuniões secretas e bola para a frente. Frentes parlamentares são mais coesas do que os partidos. O lobby concentrado dos grandes negócios é muito mais eficaz do que o interesse difuso da maioria da sociedade. A ideia de "baixo clero" tornou-se obsoleta porque o poder foi redistribuído. A Câmara deixou de ser organizada em torno de lideranças programáticas ou figuras de projeção nacional e passou a funcionar como um consórcio de interesses paroquiais, mediado pelo controle direto de parcelas crescentes do Orçamento da União.

O Legislativo foi dominado por operadores do Orçamento, sub-sídios e armadilhas jurídicas, cuja força não deriva de ideias, votos ou liderança social, mas da capacidade de distribuir recursos públicos. Parlamentares com densidade política, trajetória institucional e protagonismo nos grandes debates nacionais foram empujados para a irrelevância ou perderam as eleições.

Em seu lugar, coadjuvados por influenciadores, extremistas e figuras folclóricas, consolidou-se uma geração de dirigentes cuja principal habilidade é organizar maioria circunstancial em torno de interesses imediatos, desalininhados das prioridades do país.

A Câmara deixou de ser um espaço de mediação entre demandas sociais e projetos nacionais para se transformar num mercado de transações orçamentárias e privilégios fiscais. Esse deslocamento não é acidental, mas a expressão política perversa de uma lógica econômica mais profunda. A política é a economia concentrada. Em sociedades marcadas por forte desigualdade e concentração de renda, o poder econômico tende a capturar o poder político, moldando instituições, regras fiscais e prioridades do Estado em benefício de grupos organizados.

Essa captura foi institucionalizada por meio do Orçamento público. As emendas parlamentares, especialmente as impositivas, converteram-se no principal instrumento de reprodução dessa dinâmica, ao blindar eleitoralmente seus agentes, deslocando do Executivo — eleito para governar — a capacidade de planejar e executar políticas públicas de forma coerente.

Mas há efeitos colaterais: o desvio de recursos via superfaturamento e "intermediação onerosa" das emendas parlamentares, um iceberg investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como no caso do Antônio Doido (MDB-PA), que jogou os celulares pela janela, dono de um BMW X3 avaliado em R\$ 195 mil e de um Porsche 2015 de R\$ 530 mil, cujo "faz-tudo", o PM aposentado Francisco Galhardo, sacou R\$ 43 milhões em dinheiro vivo entre 2023 e 2024.

Na sexta-feira, dia em que o Orçamento da União de 2026 foi aprovado pelo Congresso, ao amanhecer, a Polícia Federal realizou operações de busca e apreensão contra os deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Sôstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara, em cujo flat a Polícia Federal (PF) apreendeu quase R\$ 470 mil em espécie dentro de um armário. São acusados de desviar verbas de seus gabinetes, prática recorrente nas casas legislativas. São as chamadas rachadinhas, com pagamentos a "operadores" de até R\$ 99.999,99 para driblar a Receita e o Banco Central, seguidos de saques em dinheiro R\$ 9.999,99, no máximo, com objetivo de devolvera maior parte do dinheiro.

O Orçamento da União cristaliza esse processo de desvio de recursos para formação de patrimônio e compra de votos. Ao reservar R\$ 61 bilhões para emendas parlamentares, o Congresso amplia seu controle direto sobre recursos públicos em pleno ano eleitoral, com regras que aceleram a liberação do dinheiro antes do período de campanha. Trata-se de uma engenharia desenhada para blindar a reeleição dos atuais mandatários, numa evidente distorção das regras do jogo e abuso do poder econômico.

Em nome da responsabilidade fiscal, reduzem investimentos em programas sociais e expandem o sistema de transferências pulverizadas, de baixa transparéncia e alto retorno eleitoral. É falsa a justificativa de que as emendas aproximam o Estado do cidadão, permitindo que recursos cheguem diretamente aos municípios.

Na prática, o que se vê é a substituição do planejamento público por uma lógica clientelista, em que a distribuição de verbas obedece mais à geografia eleitoral do que a critérios técnicos de necessidade ou eficiência. Parlamentares agora são gestores paralelos do Orçamento, inauguram obras, financiam projetos locais e capitalizam esses investimentos, enquanto o Executivo perde capacidade de coordenação e o interesse público se fragmenta em milhares de iniciativas desconectadas.